



DIGNÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA DO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO POR INTERMÉDIO DO SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR.

Sra. Sandra Pinto Barra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2025- SRP Nº 046/2025
Processo Administrativo nº 02.051-00002986/2025/SAH/HSJB
Tipo : Menor Preço Global por Lote – Lote 2

IDS MEDICAL – IMPORTAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇO LTDA, empresa individual de responsabilidade limitada, com sede na Rua Sacadura Cabral, 81 – Sala 203/204 - Saúde – Rio de Janeiro – RJ - CEP: 20081-261, inscrita no CNPJ – MF sob o nº 32.416.864/0001-85, Inscrição Estadual nº 11.337.325, por seu Advogado que a esta subscreve (anexo 1), vem apresentar os seus

MEMORIAIS DE CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

contra os impertinentes Memoriais de Recurso da licitante recorrente inconformada ALRANTECH IMPORTACOES E COMERCIO LTDA, pelas razões de fato e direito a seguir aduzidas.

Rua Sacadura Cabral, 81 – Sala: 203/204 – Saúde – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20081-261

CNPJ: 32.416.864/0001-85 – TEL: (21) 2283.4061

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Antonio Cerniauskas Sociedade De Advogados.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 201D-39FF-CD23-D09C.

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Antonio Cerniauskas Sociedade De Advogados.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 201D-39FF-CD23-D09C.

PRELIMINARMENTE

A Requerente participou do processo, ofereceu proposta mais vantajosa, se classificou e foi corretamente habilitada pela Digníssima Julgadora.

A licitante recorrente ALRANTECH sugere em seus memoriais que a Requerente tenha omitido documento de habilitação na sua documentação e sugere uma fantasiosa tese de omissão praticada na documentação da Requerente.

Tal tese não pode prosperar pois atinge ao correto julgamento da Digníssima Julgadora e também à dignidade da Requerente, pois os documentos estão corretos e as exigências do Edital foram totalmente atendidas pela Requerente e corretamente verificadas e atestadas pela Digníssima Julgadora. Se provará, mas não se sustentam tais alegações, eis que são impertinentes na origem dos documentos que aponta como irregulares.

Todas as alegações da licitante recorrente ALRANTECH se baseiam em documentos de habilitação econômico-financeira da Requerente, mas que na verdade, não foram escolhidos pela Requerente, mas sim pela Digníssima Pregoeira, a partir de um universo maior de documentos contidos no Sistema SICAF, a partir de vistas eletrônicas praticadas pela Digníssima Pregoeira, onde ela própria extraiu documentos que julgou suficientes e necessários a formar o seu convencimento POSITIVO acerca da idoneidade financeira da Requerente.

A licitante recorrente ALRANTECH não gostou da decisão e buscou todos os meios (literalmente) para descaracterizar a decisão de habilitação corretamente proferida pela Digníssima Pregoeira, fundamentada nos elementos do seu convencimento.

Então, pela Digníssima Pregoeira, passemos às provas das impropriedades de conduta da Recorrente ALRANTECH IMPORTACOES E COMERCIO LTDA.

DOS FATOS

I - Da Vantajosidade da Proposta da Requerente

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Antonio Cerniauskas Sociedade De Advogados.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 201D-39FF-CD23-D09C.

A Requerente ofereceu em proposta o valor final total de R\$ ao Lote 2: **R\$ 53.600,00**

A licitante recorrente ALRANTECH ofereceu em proposta o valor final total de **R\$ 68.878,45\$** ao Lote 2:

PROVOU-SE O MENOR PREÇO PRATICADO PELA REQUERENTE.

A licitante recorrente ALRANTECH que não foi capaz de sacrificar seu lucro oferecendo preço competitivo, vem agora, em esfera de recurso e sob alegação fantasiosa, buscar vantagem à qual não faz jus como se demonstrará.

li – Da alegação Impertinente da Licitante Recorrente

A licitante recorrente ALRANTECH alega que a Requerente:

“... não atendeu integralmente às exigências de habilitação previstas no edital, especialmente quanto à apresentação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais, circunstância que, por si só, deveria ensejar a sua imediata desclassificação, em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. (...)

E ainda:

Portanto, não há margem para dúvidas de que a IDS MEDICAL deveria ter apresentado, no mínimo, os balanços patrimoniais referentes aos exercícios de **2022 e 2023**, ou de **2023 e 2024** (item 10.3.2 do edital), acompanhados de seus respectivos **índices econômico-financeiros** (item 10.3.5.2, b), sob pena de inabilitação.

2.2. DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELA RECORRIDA

Analisando os documentos disponibilizados pela IDS MEDICAL no sistema COMPRASNET, constata-se que a empresa apresentou apenas balanços e índices econômico-financeiros referentes ao **exercício de 2023**.

Em resumo, **a licitante recorrente ALRANTECH alega a falta de Balanço Patrimonial do exercício de 2022 ou de 2024, devido à Requerente haver juntado supostamente apenas o Balanço Patrimonial do Exercício de 2023.**

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Antonio Cerniauskas Sociedade De Advogados.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 201D-39FF-CD23-D09C.

Tal descabida alegação é respondida pelo próprio Edital, onde lemos¹:

9- FASE DE HABILITAÇÃO

9.1- Os documentos previstos no edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1- A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

Então, claramente se vê que a Digníssima Julgadora, em obediência à Alínea 9.1 do Edital, diligenciou aos registros do SICAF e ali encontrou o Balanço Patrimonial da Requerente, relativo ao ano de 2022.

Analisando tal conteúdo, a Digníssima Julgadora atestou (1) a existência do Balanço Patrimonial do Exercício de 2022 e analisando-o, (2) atestou a plena regularidade econômico-financeira da Requerente, **H A B I L I T A N D O -A**.

É claro que tais informações constantes do SICAF não são de acesso público, pois se submetem a normas relativas ao sigilo fiscal e, portanto, a licitante recorrente ALRANTECH não alcançaria lograr êxito em tal consulta. Mas a Digníssima Pregoeira, devido ao seu cargo, pode acessar o SICAF, acessou, atestou e julgou a Requerente devidamente habilitada.

A Requerente, por deter a legitimidade de acesso a suas próprias informações, junta a seguir a tela obtida no SICAF onde consta o Balanço Patrimonial declarado inexistente pela licitante recorrente ALRANTECH. Vejamos

¹ Folhas 21 e 22 do Edital

www3.comprasnet.gov.br/licita/web/private/nivel6.jsf

Endomédical - v2.0

Imprensa Oficial - P...

Secretaria Municipa...

Compras - Portug...

Consultas - Agência...

Prefeitura Municipa...

Documentos de exe...

Endo Medical

Certidão eletrônica...

Página Inicial - Impor...

17UJ | Prefeitura M...

Pausada

Fornecedor

CNPJ

32.416.864/0001-65

Razão Social

IDS MEDICAL IMPORTACAO, DISTRIBUICAO E SERVICO LTDA

DUNSO

92*****55

Situação do Fornecedor

Credenciado

Data de Vencimento do Cadastro

21/04/2026

Situação do Nível VI

Cadastrado

Orientações

Dentre as documentações exigidas para esse nível, conforme o artigo 29 da Lei nº 8.666, de 1993, no que couber distrital / municipal, constam:

I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

V - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1o de maio de 1943.

Micropreendedor Individual - MEI está dispensado da apresentação de documentação de regularidade estadual, distrital e municipal.

Fornecedor, caso esteja participando de licitação ou contratação com base na Lei nº 14.133, de 2021, a apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios é obrigatória para fins de qualificação econômico-financeira no Sicaf, nos termos do inciso I do art. 69 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Balancos Patrimoniais

2024

2023

2022

Tipo de Balanço	Demonstração Contábil	Exercício Financeiro	Validade do Balanço	Ação
Balanço Anual	12/2022	01/2022 a 12/2022	05/2024	<div><div></div><div></div><div></div></div>
2021				
2020				
2019				

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Antonio Cerniauskas Sociedade De Advogados.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 201D-39FF-CD23-D09C.

Página 5 de 7

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Antonio Cerniauskas Sociedade De Advogados.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 201D-39FF-CD23-D09C.

No detalhe, podemos ver melhor:

Balancos Patrimoniais		
▶ 2024		
▶ 2023		
▼ 2022		
Tipo de Balanço	Demonstração Contábil	Exercício Financeiro
Balanço Anual	12/2022	01/2022 a 12/2022
▶ 2021		
▶ 2020		
▶ 2019		

Foi provada a existência do Balanço Patrimonial 2022 da Requerente no SICAF e atendida a exigência da Alínea 9.1 do Edital para efeito de habilitação.

DO PEDIDO

Pelo exposto, se requer a análise e diligências julgadas necessárias, quando a Digníssima Julgadora determinará a manutenção da habilitação da Requerente, uma vez que foram alcançados todos os requisitos legais necessários.

Se requer que se aplique o Princípio da Vantajosidade e da Prevalência do interesse Público Sobre o Interesse do Particular, além dos demais Princípios envolvidos no presente julgamento².

² [LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#)

Art. 5º **Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da** legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, **da eficiência, do interesse público**, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, **da eficácia**, da segregação de funções, **da motivação**, da vinculação ao edital, **do julgamento objetivo**, **da segurança jurídica**, da razoabilidade, **da competitividade**, da proporcionalidade, da celeridade, **da economicidade** e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). **(grifo nosso)**

Requer-se que os presentes Memoriais de Contrarrazões de Recurso Administrativo sejam encaminhados aos autos do processo, a fim de que produzam os seus jurídicos efeitos.

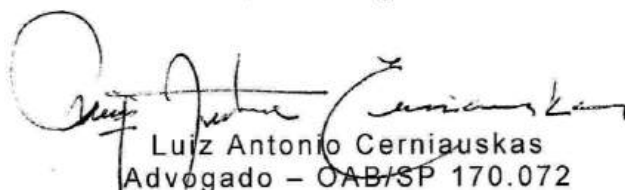
Requer-se provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente a prova documental, representada pelo Edital, bem como informações disponíveis em bases públicas ou particulares de informação na Internet a serem obtidas nas diligências requeridas a esta Administração.

O Advogado signatário absorve para si todos os excessos de linguagem constantes nesta peça jurídica, com base nos direitos que lhe são assegurados pelo Estatuto da Advocacia, no exercício da defesa dos interesses do seu cliente.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

De São Paulo/SP para o Rio de Janeiro/RJ, 12 de junho de 2025.


Luiz Antonio Cerniauskas
Advogado – OAB/SP 170.072

IDS MEDICAL – IMPORTAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇO LTDA

ANEXO: Procuração dos Advogados

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Antonio Cerniauskas Sociedade De Advogados.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 201D-39FF-CD23-D09C.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/201D-39FF-CD23-D09C> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 201D-39FF-CD23-D09C



Hash do Documento

5CC992E392A0E8AE98F45BC4A51602E7F8637491DAD448D27FBDFFC95B47506D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/06/2025 é(são) :

- ☒ Luiz Antonio Cerniauskas (Advogado - Ordem dos Advogados do Brasil SP Nº 170.072) -
10.411.626/0001-44 em 13/06/2025 11:18 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - LUIZ ANTONIO CERNIAUSKAS SOCIEDADE DE ADVOGADOS -
10.411.626/0001-44





Procuração Ad Judicia et Extra

IDS MEDICAL – IMPORTAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇO EIRELI, empresa individual de responsabilidade limitada, com sede na Rua Sacadura Cabral, 81 – Sala 203 – Saúde – Rio de Janeiro – RJ - CEP 22411- 072, inscrita no CNPJ – MF sob o nº 32.416.864/0001-85, neste ato representada pelo seu Sócio, o Sr. IGOR ARAUJO OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF nº 053.515.997-83 e RG nº 123843047 DETRAN/RJ, com escritório no endereço acima, NOMEIA E CONSTITUI SEUS BASTANTES ADVOGADOS E PROCURADORES O **DR. LUIZ ANTONIO CERNIAUSKAS**, brasileiro, casado, Advogado inscrito na Seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 170.072, RG nº 9.703.202-X, CPF nº 997.850.998 -49, **DRA. ROSA MARIA CROSCATO**, casada, Advogada inscrita na Seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 136.994, RG nº 17.475.973 -3 SSP-SP e CPF nº 090.338.888 -07 e o **DR. ADAMO PACHECO GONÇALVES**, brasileiro, solteiro, Advogado inscrito na Seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 378.936, RG nº 30.917.793-5, CPF nº 385.487.838 -93, todos com escritório na Rua Conselheiro Furtado, 208 – Conjunto 91, Liberdade, CEP 01511 -000 nesta Capital de São Paulo aos quais confere amplos poderes para atuar ISOLADAMENTE no foro em geral, com a cláusula “ ad-judicia ”, em qualquer Juízo ou Tribunal inclusive em Tribunais de Contas, perante o Ministério Público realizando denúncias ou em Ações Cíveis Públicas, e nas Varas da Fazenda Pública, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-la nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando -os, conferindo -lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda representar a Outorgante perante as Repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias, enviar ou receber correspondências, documentos fiscais diversos, atender exigências diversas, acompanhar todo e qualquer Processo Administrativo de Licitação em trâmite nas esferas Federal, Estadual e Municipal, e para tanto ficam os outorgados desde já autorizados a obterem cópias de partes ou do todo de qualquer um desses processos, requerer certidões, bem como praticar todos os atos necessários requerendo tudo o que preciso for, no interesse da outorgante que desde já aprova e ratifica para todos os fins de direito,

Rua Sacadura Cabral, 81 – Sala: 203/204 – Saúde – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20081-261

CNPJ: 32.416.864/0001-85 – TEL. (21) 2283.4061



EXCETO SUBSTABELECEER, dando tudo por bom, firme e valioso, e ainda para representar os interesses da Outorgante perante o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público Federal. Por referir-se a procedimentos judiciais e administrativos perante a Administração Pública Federal O presente Instrumento de Mandato tem prazo indeterminado e possui duas páginas.

São Paulo, 25 de abril de 2022.

IDS MEDICAL – IMPORTAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇO EIRELI

Igor Araújo Oliveira

Sócio

Rua Sacadura Cabral, 81 – Sala: 203/204 – Saúde – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20081-261

CNPJ: 32.416.864/0001-85 – TEL. (21) 2283.4061

Este documento foi assinado digitalmente por Igor Araújo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código B636-6250-35D2-8213.

Este documento foi assinado digitalmente por Igor Araújo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código B636-6250-35D2-8213.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B636-6250-35D2-8213> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B636-6250-35D2-8213



Hash do Documento

AC77CB4324DFCC3A31F14A5E3342B1AE589676541AA026B36DD2838980D1EF4B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/05/2022 é(são) :

☒ IGOR ARAUJO OLIVEIRA (Signatário) - 053.515.997-83 em
31/05/2022 14:48 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

